



# CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

## ATA DA TRIGÉSIMA SEGUNDA (32ª) SESSÃO ORDINÁRIA

Presidida pelo Sr. Vereador João Antônio Pires Gonçalves; secretariada pelo Sr. Vereador Waldemar Marcurio Filho.

Aos cinco dias do mês de outubro do ano dois mil e quinze realizou-se na Sala das Sessões "Vereador Santo Róttoli", da Câmara Municipal de Mogi Mirim, presidida pelo Sr. Vereador João Antônio Pires Gonçalves; secretariada pelo Sr. Vereador Waldemar Marcurio Filho, a Trigesima Segunda (32ª) Sessão Ordinária do Terceiro (3º) Ano da Décima Sexta (16ª) Legislatura da Câmara Municipal de Mogi Mirim, previamente programada e devidamente convocada nos termos da Relação da Matéria, datada de 1º de outubro de 2015, antecipada que foi do dia 12 de outubro – Feriado Nacional da Padroeira do Brasil, através do Requerimento nº 12/2015, aprovado em 02/02/2015. Às 21h15, feita a primeira chamada nominal dos Srs. Vereadores pelo 1º Secretário, nos termos do disposto no Artigo 109, da Resolução nº 276, de 2010 (Regimento Interno vigente) e constatando-se haver número legal para o início dos trabalhos, conforme dispõe o Artigo 106 da já citada Resolução, eis que se encontravam presentes os Srs. Vereadores: Ary Augusto Reis de Macedo (01), Benedito José do Couto (02), Cinoê Duzo (03), Daniel Gasparini dos Santos (04), Daniela Dalben Mota (05), Dayane Amaro Costa (06), João Antonio Pires Gonçalves (07), Jorge Setoguchi (08), Laércio Rocha Pires (09), Luís Roberto Tavares (10), Luiz Antônio Guarnieri (11), Manoel Eduardo Pereira da Cruz Palomino (12), Marcos Bento Alves de Godoy (13), Maria Helena Scudeler de Barros (14), Osvaldo Aparecido Quaglio (15), Waldemar Marcurio Filho (16) e, ausente, Luzia Cristina Côrtes Nogueira (17), conforme, aliás, se vê das respectivas assinaturas apostas à Folha de Presença -



## CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

Registro de Comparecimentos e Faltas dos Srs. Vereadores às Sessões da Câmara, anexa ao final da presente Ata, o Sr. Presidente deu por iniciados os trabalhos da presente Sessão. Posto isto, conforme o disposto no Parágrafo Único do Artigo 106 da citada Resolução, convidou o Vereador Dr. Ary Augusto Reis de Macedo para que procedesse a leitura de um trecho da Bíblia Sagrada. Cumprida dita providência, dando por iniciada a parte reservada ao "**EXPEDIENTE**" e não havendo proposituras, ou quaisquer outros documentos para serem levados ao conhecimento do Plenário, o Sr. Presidente facultou o uso da palavra no "Expediente", anunciando os oradores inscritos, conforme § 6º, do Artigo 111, do Regimento Interno. Inicialmente, fez uso da palavra a Vereadora Dayane Amaro Costa. "Assim como a Vereadora Maria Helena, eu também não entendi a relação que o plano diretor possa ter com os investimentos, pois o plano não vai impedir o desenvolvimento da cidade, como disse Maria Helena. Quero fazer a ressalva, de que, na audiência sobre a evolução do quadrimestre, com a Secretária de Finanças, Elisanita, ela nos apresentou o orçamento de cada secretaria e o orçamento da Secretaria da Pessoa com Deficiência me espantou, porque são noventa e dois mil reais, para uma secretaria que não existe. Sempre que vou à secretaria, só encontro a moça da limpeza. A Secretaria da Pessoa com Deficiência funciona na sala do Setor de Trânsito, a secretária acumulou as pastas e a funcionária Paula Zeferino, muito competente, está afastada, sem receber. Eu quero saber desses noventa e dois mil reais, para esta secretaria, que não investiga o zoológico, nem proporciona a acessibilidade, e cujo trabalho, a gente não vê. E a Secretária de Finanças disse, que, de qualquer maneira, o dinheiro da pasta deve ficar reservado, pois bem, então, com este dinheiro poderiam comprar recursos para o zoológico e instalar o piso direcional", comentou. O próximo orador foi o Vereador Osvaldo Aparecido Quaglio. "Com relação ao plano diretor, eu concordo que temos sim, que ter a revisão, é inegável e está na hora de ser feita. Mas, o presidente que me desculpe, também entendo que a questão do



## **CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM**

**Estado de São Paulo**

plano diretor em nada interfere com a implantação de novos loteamentos, ou áreas industriais, estejam esses dispostos no plano diretor, ou não. Vários terrenos, vários empreendimentos foram feitos sem que as áreas, onde estão instalados, estivessem contidas no plano diretor. Basta a prefeitura mandar a expansão urbana da região, para a Câmara, mostrar o que está sendo pleiteado, o que vai ser construído, na área, qual a importância para o município, e nós, vereadores, aprovaremos a expansão urbana e acabou o assunto. Então, não é essencial. Ficaria mais fácil? Sim. Ficaria, mas não é essencial. Se você tiver um empreendimento dentro de uma área já decretada de expansão urbana, é um projeto a menos. Mas isto não impede. Se for viável, o proposto, para determinada área, nada impede. Basta uma análise legislativa. Entendo que o plano diretor tem que ser alterado sim. Temos que rever e tomar cuidado, no sentido de não aprovar um pano descabido. Mas não vejo problemas de se fazer qualquer empreendimento, numa área que não seja de expansão urbana, no momento. Respeito quem pensa diferente, mas não vejo empecilhos, nesse sentido. Desejo apenas fazer uma correção, na fala do Vereador Waldemar Marcurio, com relação à ex-vereadora Leila. Na verdade, Leila foi vereadora na época do prefeito Romeu Bordignon e não no governo Jamil Bacar. Ela trabalhou como diretora, na administração Jamil Bacar, mas foi vereadora na época de Romeu Bordignon”, declarou. Como os próximos inscritos, Vereadores Daniel Gasparini dos Santos e Leonardo David Zaniboni, desistissem da palavra, ocupou lugar, na tribuna, o Vereador Cinoê Duzo. “Desejo registrar minha homenagem à comunidade católica da Matriz de São Benedito, pelo transcurso do Dia do Padroeiro - São Benedito. Minha homenagem à paróquia e às pessoas, que fazem o trabalho voluntário, também para Frei Cristiano Oshiro e toda a comunidade”, sublinhou. O próximo orador foi o Vereador Marcos Bento Alves de Godoy. “Sobre o plano diretor, vejo que o presidente fez uma indagação, correta ou não. Vocês, vereadores, vieram e se defenderam. Mas a extensão do plano



## CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

diretor tem seu lado positivo. Quero explicar. Eu passei duas, ou três situações, nas quais precisei ajudar pessoas a mudar o solo. Quando não consta, no plano diretor, a área para investimentos, sejam empresariais, ou sociais, é preciso a aprovação e testada dos vizinhos, ou seja, os vizinhos precisam assinar. Se os vizinhos não assinarem, não pode se fazer a lei, porque há a contestação e a lei permite que a contestação seja validada. Então, realmente, existe esta prerrogativa e como assunto já passou por mim, sei que há necessidade sim, que os vizinhos concordem, pois, se não concordarem, não se faz. A mesma coisa quando do asfaltamento de uma rua. Houve uma área, para a qual eu tive que conseguir trinta e oito assinaturas. Foi para a empresa Búfalo Grill. A sugestão que dei ao empresário, na época, foi a de que procurasse um advogado, pois a área tinha trinta e oito herdeiros e foram necessárias as assinaturas de todos, para que o projeto desta empresa viesse para esta Casa”, explanou. Como os próximos inscritos, Vereadores Ary Augusto Reis de Macedo, Luiz Antônio Guarnieri, Luís Roberto Tavares, Jorge Setoguchi e Benedito José do Couto, desistissem da palavra. Ocupou lugar na tribuna o Vereador Waldemar Marcurio Filho. “Retornei, para responder ao Vereador Osvaldo. Vereador, não jogo palavras ao vento. O que tenho aqui, é uma publicação jornalística e mostrei à senhora Leila Iazzetta. Assinada por Valter Abracez. Uma matéria, publicada no passado, que cita o nome de Jamil Bacar e de Leila. Quando mencionei, foi porque vi a publicação, no jornal, de data passada. Se alguém se equivocou, não fui eu, mas Valter Abracez. Denigre e imagem de qualquer político. Eu não tenho nada contra a senhora Leila, apenas fiquei estarecido e indisposto, porque ela falou, que no mandato dela, a Câmara era mais digna, portanto, ofendeu não só a mim, mas aos dezessete vereadores. Respeito é bom, eu gosto e faz bem a todos”, declarou. Como o próximo inscrito, Vereador Laércio Rocha Pires, desistisse da palavra, ocupou lugar na tribuna a Vereadora Maria Helena Scudeler de Barros. “Eu estive numa empresa em Mogi Mirim, porque fui



## **CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM**

**Estado de São Paulo**

procurada pelo diretor e dono da empresa, que quer expandir. Ela está em Mogi Mirim há mais de vinte e nove anos e a ausência do nome da empresa se dá, porque uma especulação imobiliária pode ocorrer, na hora em que souberem quem é. O empresário precisa de uma área grande. Não tenho o seu consentimento para revelar nomes. Fui visitar, com minha assessora, com o Assessor do Executivo, Antônio Carlos Camilotti, e o empresário mostrou todo o aborrecimento, que ele tem, por não ver sua empresa valorizada, num momento em que o país mostra economia preocupante. Ele se planejou, desde 2013, e exporta para vários países, vende para o Brasil todo e tem mais oitocentos itens no portfólio. Possui duzentos e oitenta funcionários e, se Deus quiser, o município irá conduzir o processo. Tem uma dificuldade enorme com a administração municipal. É mogimiriano nato e reclama da burocracia da administração pública. Ele tem, no distrito industrial, três empreendimentos e está locando outro. A logística dele pede uma área grande. Eu nunca vi um plano diretor sendo obstáculo à vinda de investimentos, ou projetos habitacionais e, hoje, passamos a tarde toda, analisando emenda por emenda, ao projeto do plano diretor. Portanto, o que estamos discutindo e apontando são erros. Em momento algum estamos impedindo investimentos. Não digo o nome do empresário, porque não tenho autorização”, aclarou. O Presidente da Câmara, Vereador João Antônio Pires Gonçalves, respondeu à Vereadora Maria Helena Scudeler e seus colegas. “Parabéns, vereadora, pelo trabalho e dedicação no estudo do plano diretor e suas emendas. Também conheço o empresário há mais de vinte anos. Mas também não vou dizer o nome do empresário, ele é muito inteligente. Dizer sobre a fala do Vereador Marcos Bento. Ele está certo. O delegado do Plano Diretor, André, esteve aqui, e falou sobre novas casas populares. Do jeito como as coisas vão, os terrenos só poderão ter duzentos metros quadrados e, com o plano, poderão ser de cento e sessenta metros quadrados, proporcionando moradia aos menos favorecidos, nesta cidade”, sublinhou. Não havendo mais oradores inscritos, o



## CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

Sr. Presidente suspendeu a Sessão às 21h41, conforme o disposto no Artigo 105, da Resolução nº 276/2010 (Regimento Interno vigente). Decorrido o interstício regimental a que se refere o citado dispositivo e depois de nova chamada nominal dos Srs. Vereadores, conforme o disposto no Artigo 112, § 1º, da já citada Resolução, ao fim da qual se constatou a totalidade dos membros da Casa, o Sr. Presidente deu por iniciados os trabalhos da "**ORDEM DO DIA**", submetendo à apreciação da Casa o que segue: **EM SEGUNDO TURNO: "ex-vi" do disposto no inciso I, do Artigo 172 do Regimento Interno:** 2. Projeto de Lei nº 113, de 2105, de autoria do Vereador Luiz Antônio Guarnieri, "instituinto, no Calendário Oficial do Município de Mogi Mirim, o DIA DO ATIRADOR"; (colocado a votos, em sessão de hoje, a Câmara aprovou, por unanimidade dos vereadores presentes, Segundo (2º) Turno, o Projeto de Lei nº 113/2015, do Vereador Luiz Guarnieri); (à sanção do Prefeito de Mogi Mirim). Finda a pauta constante da "Ordem do Dia", o Sr. Presidente passou, desde logo, à parte dos trabalhos reservada à "**EXPLICAÇÃO PESSOAL**", conforme determinam os Artigos 114 e 115 da Resolução nº 276/2010 (Regimento Interno vigente). Como os primeiros inscritos, Vereadores Dayane Amaro Costa, Osvaldo Quaglio e Daniel Gasparini dos Santos, desistissem da palavra, ocupou lugar na tribuna o Vereador Leonardo David Zaniboni, que solicitou fosse guardado um respeitoso Minuto de Silêncio, em virtude do passamento da Senhora Maria Terezinha Ricci, mãe da funcionária Kátia Ricci da Silva, falecida no dia anterior e sepultada, na data, pedido que foi aprovado, pela unanimidade dos vereadores presentes, e o minuto foi cumprido, durante seu tempo, em tribuna, com todos os vereadores em pé. Como o próximo inscrito, Vereador Cinoê Duzo, desistisse da palavra, ocupou lugar na tribuna o Vereador Marcos Bento Alves de Godoy. "Quero registrar e dar parabéns aos eleitos para o Conselho Tutelar. Célia Bernadete Machado Dal'Bó; Gabriela Machado da Silva; Luiz Carlos Pinto, Célia do Carmo da Silva e Denise Costa Maretti. Parabéns a todos os



## **CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM**

**Estado de São Paulo**

eleitos. Desejo um profícuo trabalho”, acentuou. Como os próximos inscritos, Vereadores Ary Augusto Reis de Macedo e Luiz Antônio Guarnieri, desistissem da palavra, ocupou a tribuna o Vereador Luís Roberto Tavares. “Quero desejar um feliz Dia das Crianças e de Nossa Senhora Aparecida à população de Mogi Mirim. Dia 09 começam as festas relativas. Haverá carreata, no dia 12, em honra à Nossa Senhora Aparecida, bem como terá lugar a Festa da Primavera, na EE Valério Strang, no dia 09, a partir das 18 horas. Agradeço a Prefeitura de Holambra, que doou flores para a escola. Espero que não ocorra tanta violência, como vimos acontecer nestes dias, com a morte de um jovem, na zona leste. Que possamos ter comemorações em paz. Amanhã, estarei em outros municípios, conhecendo os meios de arrecadação da Contribuição para Iluminação – CIP dessas cidades, e observar de que maneira estão agindo com a manutenção, principalmente, na cidade de Mogi Guaçu. Mogi Guaçu gasta oitocentos mil reais, por ano, com vinte mil lâmpadas; Mogi Mirim tem treze mil lâmpadas e o nosso gasto é de cinco milhões de reais. Dinheiro é do povo e não deixaremos isso ocorrer. Portanto, convido os vereadores, que desejem me acompanhar”, discursou. O próximo orador, Vereador Jorge Setoguchi, usou da palavra para registrar a efeméride do dia 12 de outubro, Dia do Engenheiro Agrônomo, congratulando-se com a classe. Como o próximo inscrito, Vereador Benedito José do Couto, desistisse da palavra, ocupou lugar na tribuna o Vereador Laércio Rocha Pires. “Quero agradecer aos responsáveis pela reinauguração do Zoológico, principalmente, ao Luiz Flaviano, que, voluntariamente, esforçou-se para que a inauguração acontecesse, bem como ao Alexandre, ao Enéas, ao Rezende, ao Paulo, que foi Guarda Municipal e, hoje, está no Meio Ambiente. Parabenizar todos os funcionários e dizer, novamente, que a cidade de Mogi Mirim demorou para ver acontecer a reinauguração do Zoológico Municipal e Horto Florestal, lugar que está muito bonito. Lógico, que muito há para se fazer, aguardam-se animais e aves, para os recintos,



## **CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM**

**Estado de São Paulo**

mas, segundo informação, existem outros zoológicos no Estado, que farão a doação de bichinhos, já acostumados com o movimento da população. Segundo informação divulgada, dez a quinze mil pessoas já passaram pelo horto e eu, particularmente, só escutei elogios. Está realmente diferente, o zoológico está bonito e quero convidar toda a população, para conhecer o local, de perto, e não ficar só com a impressão passada por pessoas, que querem denegrir a imagem de uma coisa que é boa para a cidade. É mentira que estão falando, de que vão cobrar ingressos, para entrada, no zoológico, desconheço. Mas já espalham nos bastidores, que a população terá que pagar, para entrar no local, e isto é uma mentira, porque os inimigos são assim, só querem detonar e mostrar o contrário da coisa. Os inimigos não querem que a cidade caminhe e falam mentiras, nos bastidores. O Zoológico de Mogi Mirim é obra de pessoas responsáveis, pessoas trabalhadoras e funcionários antigos da prefeitura, os quais, hoje, recebem o nome de vagabundos, porque pessoas incompetentes e que não têm o que mais falar, ofendem o trabalhador, trabalhador este, com quinze, ou vinte anos de prefeitura. Há pais de família entre eles e levam o nome de vagabundos, da boca de pessoas incompetentes, pessoas que não querem ver a coisa caminhar. Então, é triste. Existem três pais de famílias, funcionários, que estão revoltados com certos vereadores aqui. Eu disse a eles, para não esquentarem a cabeça, porque até o final do ano que vem, ouviremos muitas coisas de louco aqui, vocês não fazem ideia. Coisas mentirosas. Preparem-se, porque o bicho vai pegar até o ano que vem, ano eleitoral. A denúncia, a mentira e a falta de respeito para com o cidadão vão piorar. Nós temos que respeitar o cidadão, em primeiro lugar. Se o vereador não gosta do prefeito, é uma coisa, mas o vereador tem que respeitar o trabalhador. E devemos deixar isto esclarecido, para a população, que não é boba e está vendo, que tudo o que falam do zoológico não é verdadeiro. E do desassoreamento do lago do Complexo Lavapés também! Parece-me a empresa já está para fazer o desassoreamento e a revitalização. Então, a





## **CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM**

**Estado de São Paulo**

população está sendo enganada, mas vai dar o troco, vai mostrar, que o que estão falando, são inverdades. Colocam defeito em tudo, que é para queimar a imagem de todos nós, na verdade, para infelicidade da população, que é a necessitada, que é quem está cobrando as melhorias para a cidade, o Zoológico de Mogi Mirim, um cartão postal para a cidade, um lugar para o cidadão passar momentos agradáveis e levar os filhos para momentos de lazer”, explanou. A última oradora, Vereadora Maria Helena Scudeler de Barros, desistiu do uso da palavra. Não havendo mais Vereadores inscritos, e nada mais a ser tratado, o Sr. Presidente, Vereador João Antônio Pires Gonçalves, agradeceu a presença de todos e, sob a proteção de Deus, encerrou os trabalhos da presente Sessão às 21h55, do que, para constar, determinou a lavratura da presente Ata, a qual, após achada conforme, discutida e aprovada vai, a seguir, devidamente assinada.

CMM